



O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SOB O OLHAR DE LEONARDO GUIMARÃES NETO E TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO

Bruna de Oliveira Schweder¹

Gabriela Schmidt²

RESUMO

O propósito que se tem com este artigo é o de discutir o desenvolvimento regional no Brasil a partir da visão dos economistas Leonardo Guimarães Neto e Tânia Bacelar de Araújo, por meio da revisão de algumas de suas pesquisas e entrevistas. Os pesquisadores possuem alguns encontros em suas trajetórias. Nordestinos, ambos tiveram uma passagem marcante pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e contribuíram fortemente para a questão regional no Brasil, sobretudo, para a região Nordeste. Ainda que possuam uma leitura que traz inquietações acerca dos rumos do Brasil em relação às desigualdades regionais, Tânia Bacelar e Guimarães Neto continuam esperançosos e confiantes em um projeto de Brasil menos fragmentado e mais igualitário.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Leonardo Guimarães Neto. Tânia Bacelar de Araújo. Nordeste.

1. INTRODUÇÃO

Considerando o patrocínio estatal ao crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras, pode-se afirmar que nas últimas décadas essa presença do Estado na tentativa de impulsionar o desenvolvimento regional do Brasil, ainda que insuficiente, foi fundamental.

Nesse sentido, o artigo objetiva analisar as contribuições e enfoques de Leonardo Guimarães Neto e Tânia Bacelar de Araújo ao desenvolvimento regional brasileiro,

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/Universidade Regional de Blumenau, brunaschweder@gmail.com

² Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/Universidade Regional de Blumenau, gabrielaschmidt@furb.br



sobretudo à região Nordeste, e traçar uma linha de perspectivas para o tema a partir do olhar dos dois pesquisadores.

A metodologia utilizada é a literatura comparada. A coleta de dados se deu através da pesquisa bibliográfica.

Para que o propósito que se tem em vista seja alcançado, o texto está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais: (i) vida e obra de Leonardo Guimarães Neto e Tânia Bacelar de Araújo, (ii) contribuições de Leonardo Guimarães Neto e Tânia Bacelar de Araújo para o desenvolvimento regional no Brasil, e (iii) perspectivas para o desenvolvimento regional no Brasil a partir de Leonardo Guimarães Neto e Tânia Bacelar de Araújo.

2. VIDA E OBRA DE LEONARDO GUIMARÃES NETO E TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO

Leonardo Guimarães Neto é economista pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e sociólogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor em Economia pelo Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). Sua atuação foi desde a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), passando pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), também atuou como assessor do Governo do Estado de Pernambuco. Já desenvolveu trabalhos para Organização das Nações Unidas (ONU) e outras diversas organizações como consultor econômico. Foi professor na Universidade Federal da Paraíba e do IE-UNICAMP (NATAL, SIQUEIRA, 2012). Cabe ressaltar que Leonardo Guimarães Neto, ao longo de sua carreira, teve Wilson Cano como orientador, grande nome nos estudos de desenvolvimento regional.

A nordestina Tânia Bacelar de Araújo cursou Ciências Sociais na Faculdade Frassinetti do Recife (1966) e, paralelamente, cursou Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (1967). Em entrevista concedida a Revista Cadernos do Desenvolvimento, em 2019, Tânia relatou que quando cursava o terceiro ano de Economia e o quarto ano de Ciências Sociais, uma professora da SUDENE a convidou para ser estagiária da Superintendência, no departamento de pesquisa social. "Esse foi meu primeiro contato com a SUDENE. E isso foi uma coisa muito importante, porque depois eu



terminei o meu curso de Economia, já como pesquisadora social da SUDENE, com o diploma de graduação em Sociologia." (ARAÚJO, 2019, p. 237).

A pesquisadora relatou que sua trajetória inicial se deu na área de assessoria técnica da SUDENE. Isso lhe deu a oportunidade de fazer uma leitura mais geral da região Nordeste. "Eu acho que a SUDENE, na minha visão, foi definitiva na minha experiência profissional. Eu entrei na instituição muito jovem e só saí para fazer o doutorado e depois para o governo de Pernambuco, quando o Dr. Miguel Arraes foi eleito governador em 1986" (ARAÚJO, 2019, p. 240). Em 1974, Tânia foi fazer mestrado em Diploma de Estudos Aprofundados – D.E.A. pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbonne, na França. Na mesma universidade, cursou doutorado em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço, conquistando o título de doutora em 1979, quando retornou ao Brasil (ARAÚJO, 2019).

A socióloga e economista construiu uma trajetória profissional repleta de momentos marcantes para a história do Brasil. Além da sua carreira na SUDENE, que durou trinta anos e culminou com a posse da Diretoria de Planejamento Regional, Tânia lecionou na academia e ocupou cargos públicos. Foi Secretária da Fazenda e do Planejamento de Pernambuco, Secretária de Planejamento do Recife, Secretária Nacional de Políticas Regionais no antigo Ministério da Integração. Foi ainda Diretora de Economia da Fundação Joaquim Nabuco, e, atualmente, é professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco, além de, juntamente com Leonardo Guimarães Neto, ser sócia da CEPLAN - Consultoria Econômica e Planejamento (ARAÚJO, 2019).

3. CONTRIBUIÇÕES DE LEONARDO GUIMARÃES NETO E TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Para Leonardo Guimarães Neto (1997), o desenvolvimento regional brasileiro tem suas raízes pautadas no processo de desigualdades. A evolução das regiões em diferentes dinâmicas econômicas e a capacidade de diversificação de sua base produtiva é um dos fatores. O economista também evidencia que além das diferenças quanto ao desenvolvimento econômico das regiões e sub-regiões, elas impactam em um cenário



desigual em outros aspectos, como nas relações de trabalho e de condições de vida da população (GUIMARÃES NETO, 1997).

Primeiramente, cabe entender alguns períodos que marcaram a distribuição espacial no país, de acordo com Guimarães Neto (1997), que serão aprofundados no decorrer do presente artigo: i) Concentração da indústria no Sudeste (1950 – 1975): Início da consolidação da Indústria Nacional; ii) Desconcentração (1975 – 1985): Desaceleração da economia e atividades econômicas em regiões periféricas e iii) Esgotamento do processo de desconcentração (1985 a 1995): Período que teve a mesma participação no PIB.

A concentração econômica, que historicamente se deu na região Sudeste, onde as atividades estratégicas foram sustentadas por regiões periféricas, com distintos graus de complexidade econômica, somente por um curto período de desconcentração possibilitou alguns avanços na região Nordeste, mas ainda assim não foi capaz de causar uma equidade entre regiões. (GALINDO E GUIMARÃES NETO, 1991).

A pesquisadora Tânia Bacelar de Araújo explica que o desenvolvimento, que substituiu a noção de progresso, se associou a uma transformação liderada pelos países que jamais foram colônia, mas que organizaram o modelo colonial. Esses países acumularam riqueza e poder e lideraram a última revolução industrial. O Brasil entrou nesse processo como colônia, no século XVI, exercendo o papel de fornecedor de bens primários para exportação durante séculos. Se não bastasse, tornou-se, também, herdeiro da escravidão. O Brasil, portanto, veio de outro processo, diferente do processo dos países que lideraram a revolução industrial (ARAÚJO, 2020).

Fazendo um apanhado histórico, com o objetivo de compreender a questão regional no Brasil, Tânia assinala que, em um contexto mundial marcado por transformações importantes, o ambiente econômico brasileiro sofreu grandes mudanças nos anos noventa. Política de abertura comercial, priorização à integração competitiva, reformas profundas na ação do Estado e, finalmente, a implementação de um programa de estabilização. Paralelamente, o setor privado promoveu uma reestruturação produtiva também intensa e muito rápida. Nesse novo contexto, novas forças atuaram, umas concentradoras, outras não. O que se constata é que, ao contrário do que se poderia esperar, a globalização reforçou as estratégias de especialização regional. Segundo a pesquisadora, a distinção de investimentos regionais e globais tende a aumentar as desigualdades regionais já que aos atores globais o que interessa são os espaços competitivos do Brasil (ARAÚJO, 1999).

Araújo (2020) lembra que a ausência de políticas regionais por parte do governo federal foi responsável pela abertura de uma guerra fiscal entre estados e municípios. E a combinação de guerra fiscal com ausência estatal criou, no país, espaços não competitivos,



ou seja, grandes áreas deixadas à margem. Além do mais, o cenário atual é palco de crises bastante intensas, radicalização de posições que não favorecem o diálogo, instabilidade da representação política e desgaste dos políticos com a corrupção. Concomitantemente, há uma tentativa do ultraliberalismo de desmontar o Estado, em especial sua função no gasto primário, justamente aquele que atende a maioria dos menos favorecidos. Nesse sentido, as desigualdades tendem a aumentar, da mesma forma que a submissão do Brasil aos interesses externos.

Tânia entende, portanto, que o desenvolvimento é um processo que desbloqueia o aproveitamento de potencialidades nacionais. É uma transformação que corrói as travas que impedem o florescer dos potenciais de uma sociedade. Desenvolvimento é, ainda, a autodeterminação externa e interna. É a autonomia. Portanto, não condiz com desigualdade profunda, com degradação ambiental. Mas, condiz, sobretudo, com democracia (ARAÚJO, 2020).

Ao se referir, novamente, à ideia de desenvolvimento, Tânia Bacelar explica que a trajetória brasileira é melhor descrita por crescimento e modernização. O país chegou a ser a oitava potência industrial do mundo, porém, com indicadores sociais iguais aos dos países mais pobres. A urbanização brasileira aconteceu de forma acelerada, contudo, suas metrópoles são exemplo de desigualdade. As zonas rurais, ainda que modernas, se mantêm predominantemente latifundiárias (ARAÚJO, 2020).

Para Tânia, a política de desenvolvimento regional precisa ter entre seus objetivos fundamentais a

questão da **redução sistemática das desigualdades regionais** que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência. (ARAÚJO, 1999, p. 23) [grifo da autora].

Conhecida pela defesa de políticas públicas em favor da parte debaixo da pirâmide social brasileira, a pesquisadora defende que é necessário lutar para combater as desigualdades regionais. Para ela, um país desenvolvido é um lugar onde a possibilidade de gerar riqueza na esfera financeira dialoga com a esfera produtiva, facilitando a inserção das pessoas na vida econômica. Ou seja, um país onde as pessoas vivem bem e onde a desigualdade é menor (ARAÚJO, 2019).



3.1 Desenvolvimento Regional no Nordeste a partir de Leonardo Guimarães Neto

A atuação de Leonardo Guimarães Neto se deu principalmente na região do Nordeste, onde se dedicou em alguns estudos e pesquisas. Um dos seus trabalhos foi desenvolvido com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil) realizada em 1988 juntamente com Osmil Galindo. Para Guimarães Neto, seu relatório desenvolvido com Galindo, serviu de base para o seguinte questionamento: Quem controla a indústria incentivada no Nordeste? Segundo o relatório realizado por eles (1992), a partir da década de 60, o governo implementou muitas formas de incentivos fiscais como estratégia de desenvolvimento regional do Nordeste para a criação de um centro industrial autônomo (Indústria de base e produção de alimentos) pela SUDENE. De acordo com esse relatório (1992), a indústria incentivada nordestina representou uma parcela significativa de emprego gerado e no valor da produção. É necessário contextualizar o que estava acontecendo no restante do país para entender os impactos na região.

1. Articulação comercial – Competitividade inter-regional impulsionada pela ampliação dos sistemas de transporte e comunicação.
2. Internalização da indústria pesada – Segunda metade da década de 50 (produção de auto veículos, bens de consumo duráveis e insumos derivados da química e petroquímica).

Nesse período de regionalização pós 60, o Estado se tornou protagonista através das estatais. A nova forma de atuação do Estado fez com que na década de 70 os laços regionais fossem fortalecidos por um período, logo enfraquecidos em todas regiões na década de 80. Ressalva-se que os incentivos fiscais na região nordestina fizeram com que a expansão industrial na região se desse com base em grandes grupos econômicos dominando ainda mais o mercado e diversificando a produção, até mesmo internacionais, que já estavam presentes no país e não a partir de investidores solitários ou de investidores regionais. Os incentivos fiscais e financeiros contribuíram para a formação e consolidação de aglomerados econômicos. A indústria de base deu origem ao tripé: estatal _ grupo privado nacional _ grupo privado estrangeiro. Os estados com maiores investimentos na indústria incentivada da região foram Pernambuco, Bahia e Ceará (GALINDO; GUIMARÃES NETO, 1992).

Guimarães Neto acredita que a desigualdade regional está baseada no modo de “concentração e desconcentração e seu esgotamento”, onde cede sempre para as regiões



mais atrativas para o capital estrangeiro e para os subespaços mais dinâmicos induzidos por meio de políticas setoriais e macroeconômicas (BRITO; THEIS; SANTOS, 2019).

Além dos incentivos fiscais, o estado possibilitou a articulação do setor produtivo estatal que abriu caminhos para o capital privado regional, nacional e internacional investir em condições extremamente favoráveis na região. De acordo com Galindo e Guimarães Neto (1992), o governo estadual foi coadjuvante, através da implantação de infraestruturas e concessões de incentivos para a expansão da diversificação industrial nos seus respectivos estados. Os grupos econômicos de fora da região obtiveram taxas de lucros superiores até mesmo à média nacional pelos estímulos oferecidos. As condições favoráveis criadas estimularam os investidores a correr riscos que não teriam ousado fazer em outro período.

Para Guimarães Neto (1989), a expansão industrial para além de São Paulo, contemplando os outros estados, fez o Brasil deixar de lado a articulação comercial de São Paulo como centro produtor e comercializador para uma articulação produtiva inter-regional.

3.2 Desenvolvimento Regional no Nordeste a partir de Tânia Bacelar de Araújo

Tânia Bacelar participou ativamente da SUDENE. E dentro da Superintendência, havia o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Este grupo discutia a industrialização que se deu no Brasil e o "atraso" da região Nordeste nesse processo. Portanto, o Nordeste era a região que mais sofria pela concentração industrial presente no Sudeste brasileiro. A proposta central do GTDN, da Sudene e de Celso Furtado era de industrializar também o Nordeste. Araújo (2019), lembra que a indústria sempre esteve no coração do projeto de transformação proposto pela Sudene, contudo, enquanto Furtado esteve à frente da instituição, sua ação era centrada na criação de precondições para dinamizar a industrialização.

A pesquisadora ressalta que a grande preocupação da SUDENE e da própria obra de Celso Furtado, era a desigualdade social. A região Nordeste "era uma estrutura consolidada que levou quatrocentos anos e só reproduzia miséria". (ARAÚJO, 2010, p. 31). O que acontecia na região é que a massa da população era produtora, porém, sem terra. O latifundiário possuía uma relação de parceria com o produtor. Este produzia no ano bom e o proprietário financiava, mas na hora da colheita, momento de fazer as contas, sempre era desfavorável a quem produzia. Ou seja, o problema do semiárido eram essas relações sociais que não permitiam que as pessoas acumulassem, ainda que produzissem (ARAÚJO, 2010).



O que se vê atualmente no Nordeste é uma disputa entre a elite (que deseja fazer os grandes perímetros de irrigação) e os pobres (que convivem com o semiárido). Contudo, Tânia insiste que o Nordeste é viável, “só não recebeu os investimentos que o Sudeste recebeu, mas é viável. A gente perdeu o trem do investimento no começo do século 20, mas o potencial é grande”. (ARAÚJO, 2010, p. 26). A pesquisadora ressalta que é necessário investimento e educação.

Todos os institutos de ciência e tecnologia do Brasil estavam de Belo Horizonte para baixo. A [Universidade] Federal de Pernambuco conseguiu seis institutos nacionais em áreas de ponta, como a fármaco. Por que não fármaco lá. Fármaco tem que vir para o Rio de Janeiro? O Rio de Janeiro tem potencial, mas Pernambuco também tem. Lá hoje há vários institutos nacionais, o de fármaco é um deles (ARAÚJO, 2010, p. 26).

Tânia defende a agricultura familiar também como estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. Inicialmente pelo potencial de gerar empregos. “Segundo, agricultura biológica é em muitos casos mais adequada à pequena unidade que à grande unidade. Se eles vão para o transgênico, a gente pode ir para a agricultura biológica com a agricultura familiar.” (ARAÚJO, 2010, p. 27).

Por fim, a pesquisadora lembra que o Nordeste não retomou o crescimento por meio das exportações, mas sim pelo consumo direto, atendendo a demanda de famílias com renda intermediária. De acordo com ARAÚJO (2010, p. 247-248 apud OLIVEIRA, 2020, p. 50):

Isto significa que essa força estava amortecida. Bastou um pouquinho de distribuição de renda para ativar esse potencial. Nos últimos anos, o Nordeste não foi revisitado porque tem salários baixos, mas foi revisitado porque o consumo aqui liderou as taxas de crescimento do consumo nacional.

Ainda que o lento crescimento econômico nordestino tenha sido substituído pelo forte dinamismo de atividades que se desenvolveram recentemente na região, Araújo (2010) lembra que a pobreza continua sendo uma característica marcante da região, principalmente quando vista no contexto nacional.



4. PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL A PARTIR DE LEONARDO GUIMARÃES NETO E TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO

As perspectivas para o desenvolvimento regional no Brasil, de acordo com Guimarães Neto (1997), país de tamanho continental, devem se pautar em uma agenda com enfoque da questão regional atual, onde deve se levar em conta alguns pontos: a) seletividade; b) projeto nacional e internacionalização da questão regional; c) Políticas específicas de desenvolvimento e as sub-regiões; d) Tratamento nacional da questão regional; e) Centro de decisão.

As diferenciações ocorridas no interior das tradicionais macrorregiões brasileiras não podem – nem devem – ser deixadas de lado nas novas propostas de política de desenvolvimento regional que venham a ser consideradas (GUIMARÃES NETO, 1997).

Para o autor, a economia brasileira, consegue, por meio da substituição de importações, avançar mais que a grande maioria dos países subdesenvolvidos, na constituição e consolidação de uma base industrial complexa, na qual estão presentes bens de consumo duráveis e segmentos importantes da indústria de máquinas e equipamentos. Foi por meio do modelo de substituição de importações que o país, protegendo seu mercado, ofereceu estímulos para a entrada de capitais de risco, e, também, por meio de capitais e iniciativas locais, desenvolveu suas forças produtivas e constituiu sua base industrial, ainda que pautada na desigualdade das regiões (GUIMARÃES NETO, 1997).

Em raciocínio semelhante, Tânia Bacelar de Araújo entende que a maneira como o Brasil se insere na economia mundial globalizada “tende a alimentar a ampliação de históricas e profundas desigualdades”. (ARAÚJO, 1999, p. 16). Para tentar frear esse movimento, ela adverte que se faz necessário, mais do que nunca,

uma ação pública ativa (sobretudo ofertando elementos de competitividade sistêmica, como educação e infraestrutura de acessibilidade), para evitar a fragmentação do país ou a consolidação de uma realidade onde “ilhas de dinamismo” convivam com numerosas sub-regiões marcadas pela estagnação, pobreza, retrocesso e até isolamento (ARAÚJO, 1999, p. 17).



A pesquisadora recomenda ainda que é necessário que espaços mais amplos de atuação de políticas públicas sejam reconstruídos e que as identidades regionais sejam redescobertas. Além do mais, é necessário que seja promovida a integração de regiões que são deixadas à margem pelo movimento seletivo da inserção global dos polos dinâmicos. Cabe, portanto, ao Governo Federal atuar para “conceber e implementar **uma nova política de desenvolvimento regional**. Ou melhor, uma **política nacional de desenvolvimento regional**”. (Ibid., p. 18) [grifo da autora].

Segundo Araújo (2020), a busca pelo desenvolvimento, no caso de países como o Brasil, requer um projeto de futuro claro, com comando interno, nas mãos de agentes políticos que patrocinem mudanças. Isso pressupõe autonomia e defesa dos interesses nacionais perante o ambiente externo e pressupõe solidariedade e ousadia quando se mira ambiente interno.

Araújo, loc. cit., percebe que o cenário que se vê atualmente no Brasil é a tentativa do ultraliberalismo de desmontar o Estado, em especial sua função no gasto primário, justamente aquele que atende a maioria dos menos favorecidos. Nesse sentido, as desigualdades tendem a aumentar, da mesma forma que a submissão do Brasil aos interesses externos. A partir destes prenúncios, quando se analisa o Brasil sob a ótica do desenvolvimento defendida pela autora, o país está falhando tanto interna, quanto externamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito que se teve com este artigo foi o de discutir o desenvolvimento regional do Brasil a partir da visão dos economistas Leonardo Guimarães Neto e Tânia Bacelar de Araújo, por meio da revisão de algumas de suas pesquisas e entrevistas. Procurou-se traçar uma linha do tempo, tanto da vida dos pesquisadores, quanto de seus olhares para a questão regional. A sessão anterior, finalmente, buscou evidenciar as perspectivas para o desenvolvimento regional no Brasil, a partir das percepções dos pesquisadores aqui retratados.

Ao mirar o futuro, não há como negar que o caminho é longo e sinuoso. Mas, certa dose de esperança precisa ser mantida e constantemente reforçada.



Araújo (2020) explica que a Revolução Científico-Tecnológica, que se firma no século XXI, estimula a refletir sobre novas estratégias de desenvolvimento, como novas fontes de energia, novas infraestruturas, novas maneiras de desenvolver capacidades humanas, novas formas de construir cidades e novos meios de realizar o trabalho humano.

Se, no passado, as heranças estruturais dificultaram a construção do desenvolvimento no Brasil por reproduzirem e, por vezes até ampliarem as desigualdades, o futuro está em aberto e depende de nós.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE**, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, abr/jun de 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Entrevista concedida a Dulce Pandolfi, Fernanda Carvalho, Flávia Mattar, Jamile Chequer, Raimundo Dumas, Renata Lins e Rogério Jordão. **Democracia Viva**, S. I., n. 45, jul. 2010, p. 20-31

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Intérpretes do pensamento desenvolvimentista: entrevista concedida a Ana Célia Castro, Carlos Brandão, Glauber Cardoso Carvalho, Marcos Formiga e Rosa Freire D'Aguiar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, jul./dez. 2019, p. 234-267.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Desenvolvimento e desigualdade: o que esperar do futuro. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, X, 2020, Desenvolvimento e contradição no Brasil de hoje. Pipa, UFRN.
BRITO, Vivian Costa; THEIS, Ivo Marcos; DOS SANTOS, Gilberto Friedenreich. O NORDESTE BRASILEIRO: A ESCALA REGIONAL NO INTERIOR DA UNIDADE NACIONAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté SP, ano 2019, v. 15, n. 3, p. 122-138, 20 nov. 2018.

CEPLAN. **Consultoria Econômica e Planejamento**. 2019. Disponível em: www.ceplanconsult.com.br. Acesso em: 20 maio 2021.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Planejamento e Políticas Públicas, [s. l.], n. 15, p. 42 - 99, 15 jun. 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo & GALINDO, Osmil. **Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste**. In: XX Encontro Nacional de Economia, Anais. Campos do Jordão, Anpec, 1992. Disponível em: <
https://www.fundaj.gov.br/images/stories/pesquisas_concluidas/1990_1999/quem_controla_a_industria_incentivada_do_nordeste.pdf> Acesso em: 18 abr. 2021.

OLIVEIRA, Osmar Faustino de. Uma discussão sobre desenvolvimento regional na perspectiva de Tania Bacelar. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 8, n. 2, p. 33-54, abr. 2020.

NATAL, Jorge; SIQUEIRA, Hipólita. **Desafios para uma política nacional de desenvolvimento regional no brasil. Entrevista especial com Leonardo Guimarães Neto**. Revista de Políticas Públicas, vol. 16, núm. 1, 2012, pp. 203-207 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Maranhão, Brasil.

SIQUEIRA, Hipólita *et al.* DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL. **Planejamento e Políticas Públicas**, Sao Luis, Maranhão, ano 2012, v. 16, n. 1, p. 203-207, mar. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321128742018>.